

Comércio prevê alta de preços

O comércio reagiu com críticas e elogios ao novo "pacote" econômico do governo: o aumento da tributação às grandes empresas acabará sendo repassado nos preços finais de seus produtos e quem pagará por isso é o consumidor, raciocinam, por exemplo, Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, e Guilherme Afif Domingos, da Associação Comercial de São Paulo. Já Abram Szajman, presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, considera que a redução do Imposto de Renda na fonte para os assalariados pode representar um grande benefício ao comércio, com o consequente aumento no poder aquisitivo do consumidor.

No Rio, Amaury Temporal observou que o "pacote" de Sarney "é um documento politicamente hábil, pois dá a impressão de que as medidas vêm em socorro dos pobres e das pequenas e médias empresas". Mas, na sua opinião, essa expectativa não é verdadeira, na medida em que o governo, ao mesmo tempo em que utiliza o Imposto de Renda como instrumento de redistribuição de renda, ao aumentar a isenção e tributar menos de quem ganha menos, aplica-o em escala maior nas empresas que acabarão repassando esse acréscimo nos preços finais de seus produtos.

Para Temporal, o consumidor beneficiado do peso da carga tributária incidente no seu salário acabará arcando com o aumento do tributo na mercadoria que consome. "Mais uma vez, quem vai pagar o custo da inflação é o setor privado, o que não deixa de ser um novo desastre para a sociedade brasileira", acrescentou.

Na sua opinião, o governo perdeu outra oportunidade de melhor ordenar sua atuação, pois a contribuição que dará para o programa de redução do déficit público, razão de ser do pacote, é insignificante, considerando a redução prevista de Cr\$ 8 trilhões em gastos com custeio contra um "buraco" superior a Cr\$ 220 trilhões. Dessa forma, ressaltou que "o governo não tem condições de vir à sociedade e ao Congresso buscar mais recursos tributários se não contribui com a sua contrapartida de sacrifício para o acerto da economia do País".

Como fator positivo das medidas anunciadas, Temporal destacou o aumento da isenção do Imposto de Renda sobre os menores salários e o programa de privatização de empresas estatais. Quanto à redução do imposto de renda na fonte para acabar com a posterior devolução do tributo ao contribuinte, disse que "o governo visou, principalmente, acabar com esse abacaxi, que é a devolução do imposto corrigido".

Afif Domingos, porém, não vê aspectos positivos: "Estou impressionado em ver como se mudam as regras, num jogo de desculpas para tomar mais recursos do contribuinte, lesando-o com a manipulação dos índices. A introdução do novo índice é justificável numa discussão acadêmica, mas esta sendo usada para prejudicar a Nação, escondendo a inflação real gerada pelo próprio Estado na remuneração da poupança nacional". Em sua opinião, "isto extrapola os limites da nossa paciência, é um grande golpe. Em agosto, no momento em que os aplicadores iam recuperar os prejuízos, as regras também foram mudadas".

Murad Salomão Saad, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, também se mostra otimista, mas espera que o "pacote" seja cumprido integralmente, "ou seja, que o governo de a sua cota de sacrifícios, cortando despesas superfluas, conforme declarações até mesmo do presidente da República". Na opinião de Saad, "o pacote, não penalizando as pequenas e médias empresas, que constituem a grande maioria do comércio lojista, deve trazer os resultados que o governo e a Nação esperam".